

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS  
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

A T A      N.º      05/91

001    Aos vinte e seis dias do mês de novembro do ano de mil, nove  
002    centos e noventa e um, com início às oito horas e quarenta e  
003    cinco minutos, no Salão Nobre da Faculdade de Agronomia Eli-  
004    seu Maciel, realizou-se uma sessão ordinária do Conselho Uni-  
005    versitário da Universidade Federal de Pelotas, a qual, pre-  
006    viamente convocada e presidida pelo Professor Amilcar G. Gi-  
007    gante, Magnífico Reitor, seu Presidente, contou com a parti-  
008    cipação dos seguintes Conselheiros: Professores Luiz Henri-  
009    que Schuch, Vice-Reitor da UFPel; Sérgio Roberto Martins, Pró-  
010    Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação; Luis Antonio Veríssimo  
011    Corrêa, em substituição à Pró-Reitora de Graduação e Assis -  
012    tência; Aldyr Garcia Schlee, Pró-Reitor de Extensão; João  
013    Carlos Maier, Vice-Diretor da Faculdade de Agronomia Eliseu  
014    Maciel; Adair Luis Stefanello Busato, Diretor da Faculdade  
015    de Odontologia; José Gilberto da Cunha Gastal, Diretor da Fa-  
016    culdade de Direito; Maria Elizabeth Maurer de Salles, Direto-  
017    ra do Conservatório de Música; Antonio Lucas Meleu Gomes, Di-  
018    retor da Faculdade de Veterinária; Zilma da Costa Tambara, Di-  
019    retora da Faculdade de Ciências Domésticas; Dércio José Zer-  
020    wes, Vice-Diretor da Faculdade de Medicina; Enio Araújo Pe-  
021    reira, Vice-Diretor da Escola Superior de Educação Física ;  
022    Cêres Maria Torres Bonatto, Diretora da Faculdade de Educa-  
023    ção; Angela Maria Sinotti Rocha Gonzales, Diretora do Insti-  
024    tuto de Letras e Artes; João Nelci Brandalise, Diretor do  
025    Instituto de Biologia; José Rubens Silveira Acevedo, Diretor  
026    do Instituto de Ciências Humanas; Paulo Silveira Junior, mem-  
027    bro mais antigo no Conselho Departamental do Instituto de Fí-  
028    sica e Matemática; Jorge Luis Martins, Diretor do Instituto

21

029 de Química e Geociências; Maria Amélia Soares Dias da Costa,  
030 Diretora do Instituto de Sociologia e Política; Darci Pegora  
031 ro Casarin, Diretor da Faculdade de Meteorologia; Francisca  
032 Dias de Oliveira de Almeida, Vice-Diretora da Faculdade de  
033 Enfermagem e Obstetrícia; Eurico Guimarães de Castro Neves,  
034 Diretor da Faculdade de Engenharia Agrícola; Jorge Luiz de  
035 Lima Curi Hallal, Vice-Diretor da Faculdade de Arquitetura e  
036 Urbanismo; Marli Costa dos Santos, Diretora da Faculdade de  
037 Nutrição; José Leonel da Luz Antunez, Diretor do Conjunto A-  
038 grotécnico "Visconde da Graça"; Daniel Souza Soares Rassier,  
039 Representante dos Professores Titulares; Morenei Oliveira Cha  
040 ves, Representante dos Professores Assistentes; Maria de Lour  
041 des Valente Reyes, Representante do COCEPE; Hilda Costa Ace-  
042 vedo, Representante do COCEPE; Bel. Luís Osório Rocha dos  
043 Santos, Prô-Reitor Administrativo; Acadêmicos Angelo Elocir  
044 Zeni, Eracy Lafuente Pereira, Fernando Alberto C. Henning e  
045 Almir Antonio Gnoatto, todos Representantes discentes. Foi  
046 justificada a ausência da Professora Inguelore Scheunemann  
047 de Souza, Representante dos Professores Adjuntos. Não compa-  
048 receram os seguintes conselheiros: Professor Marco Aurélio  
049 Vaz; Senhores Nagilah Silva Pons, Paulo José Menegasso e Lu-  
050 iz Roberto da Silva Marques, Representantes Comunitários; A-  
051 cadêmicos Josias Lech, Alis Jein Josefides Scacino, Alcides  
052 Renato Roxo da Silva, Representantes discentes e mais a ser-  
053 vidora Tânia Mara Cabreira, Representante dos servidores tēc  
054 nico-administrativos. Confirmada a existência de quorum le-  
055 gal, o Senhor Presidente deu por aberta a sessão, submetendo,  
056 preliminarmente, à consideração do plenário solicitação rece  
057 bida de representantes da ASUFPel e do Hospital Universitá-  
058 rio, vinculado à FAU, quanto a cedência de um espaço para en  
059 caminharem ao Conselho Universitário um documento. Como não  
060 houvesse nenhuma manifestação em desacordo, o Senhor Presi -  
061 dente solicitou à Secretária que convidasse a Comissão a a-  
062 dentrar no recinto para proceder a leitura e distribuição do  
063 documento ao plenário, cujo teor consta do que segue: "DENÜN  
064 CIA PÚBLICA Para começar a fundamentar nossa denúncia, lem-  
065 bramos que em maio de 1991, a categoria dos funcionários da  
066 Fundação de Apoio Universitário desencadeou um movimento de  
067 greve exigindo a responsabilidade do poder público para com  
068 a saúde pública. Essa luta foi vitoriosa, pois conseguiu res  
069 tabelecer um patamar de 650 guias de internações hospitala -

070 res (ou AIH) que haviam sido diminuídas para 450 através de uma polí-  
071 tica distorcida que privilegiava os hospitais filantrópicos e priva-  
072 dos, em detrimento dos hospitais universitários, e em particular do ú-  
073 nico público e gratuito que é o da UFPel. O número de 650 autorizações  
074 de internações hospitalares (AIH) não foi, com certeza, um quantitativo  
075 fictício. Trata-se na verdade da capacidade instalada do Hospital da  
076 UFPel, cuja afirmação foi feita publicamente pelos responsáveis que ge-  
077 renciam o Hospital-Escola. Nossa luta, além da questão financeira que  
078 estava envolvida, pois a diminuição das internações acarreta uma di-  
079 minuição no faturamento comprometendo os salários e o emprego dos tra-  
080 balhadores da instituição, também se caracteriza pelo entendimento  
081 sindical classista que temos, pois os beneficiários dos hospitais pú-  
082 blicos e gratuitos são efetivamente os trabalhadores. Considerando a-  
083 inda, que a responsabilidade pela saúde da população é do Estado e ca-  
084 be a este dar suporte e garantias necessárias à sua manutenção. Essa  
085 luta certamente não se esgotará enquanto não tivermos que realmente  
086 sejam comprometidos com as demandas sociais da maioria da população.  
087 Por isso entendemos ser nosso dever de cidadãos resistir aos ata-  
088 ques daqueles que tentam desestruturar o pouco que ainda resta de pú-  
089 blico e gratuito. Nesse ponto entendemos que a UFPel tem imensa res-  
090 ponsabilidade para com esse micro-sistema de saúde e tem a obrigação  
091 moral perante a sociedade de gerenciar da melhor forma possível aqui-  
092 lo que está na alçada de sua competência. Ocorre que se por um lado  
093 fomos atendidos no número de AIHs, por outro lado, verificamos que  
094 o hospital está funcionando com leitos ociosos, chegando ao absurdo  
095 de haver represamento de pacientes no Pronto Socorro, que precisam ser  
096 internados, por indicação médica, e não o são, pois é feita uma "esco-  
097 lha" pelo residente de quem deve ou não ser internado no Hospital-Esco-  
098 la. Essa escolha deve-se ao fato das enfermarias de clínica médica es-  
099 tarem divididas por especialidades e na teoria é dito que qualquer pa-  
100 ciente pode ser internado em leitos das diferentes especialidades,  
101 quando na prática essa alternativa é pouco aplicada, pois os leitos  
102 vagos fornecidos para o Pronto Socorro são parcialmente ocupados por  
103 determinação do residente da clínica. Outro fato que deve ser de-  
104 nunciado é a longa permanência de pacientes nas enfermarias, impedindo  
105 a internação de pacientes que estão aguardando leito no Pronto Socor-  
106 ro e dos que são encaminhados pelos Postos Periféricos para inter-  
107 nação no Hospital-Escola. Entendemos que o Hospital-Escola deve ser  
108 vir em primeiro lugar ao ensino, porém, não é possível conceber que  
109 no caos em que se encontra o sistema de saúde, um hospital se ar-  
110 rogue o direito de escolher as especialidades que deseja tratar,

111 ignorando a existência de outros tantos pacientes que também  
112 necessitam de atendimento e que certamente são objeto de  
113 ensino, pesquisa e extensão, e no entanto estão sendo enca-  
114 minhados a outros hospitais ou ficam internados no Pronto  
115 Socorro. Além dessas questões, queremos também ressaltar  
116 os problemas enfrentados pelos Postos Periféricos, onde  
117 podemos tomar como exemplo o posto do Jardim América em que  
118 não há atendimento médico há mais de um ano por falta de  
119 profissional (médico) para fazer esse atendimento. A si-  
120 tuação é de extrema gravidade, uma vez que a procura por  
121 atendimento médico é muito grande naquela região. Diante  
122 dos fatos que pudemos até aqui detectar, estamos alarmados  
123 com os procedimentos que estão sendo adotados no Hospi-  
124 tal-Escola da UFPel e exigimos que o Conselho Universitário  
125 estabeleça uma comissão que encaminhe inquérito adminis-  
126 trativo a fim de apurar as denúncias e as responsabilidades.  
127 Desde já, nos colocamos a disposição para prestar maiores  
128 esclarecimentos." Concluída a leitura do documento, mani-  
129 festou-se o Professor Dércio perguntando à Representante da  
130 ASUFPel - Servidora Carmen Roberta Campos da Silva se a de-  
131 núncia apresentada chegara ao conhecimento da Direção do  
132 Hospital Universitário e Faculdade de Medicina antes de  
133 ser trazida ao Conselho Universitário, o que não era de seu  
134 conhecimento. Em resposta, a Representante da ASUFPel es-  
135 clareceu que o documento estava, neste mesmo momento, sen-  
136 do encaminhado a todos os interessados uma vez que, no en-  
137 tendimento dos funcionários do Hospital e do respectivo ór-  
138 gão de classe, a questão era delicadíssima e não locali-  
139 zada, envolvendo os interesses de toda uma comunidade. Com  
140 relação aos dados apresentados na denúncia, o Professor  
141 Dércio manifestou a sua surpresa, argumentando que obtive-  
142 ra informações do Professor Carlos Saul, Diretor do Hospi-  
143 tal Universitário, de que todas as AIH (Autorização de In-  
144 ternação Hospitalar) estavam sendo utilizadas, atendendo a  
145 demanda da população. Salientou, ainda, que o Hospital Uni-  
146 versitário não pode ser visto como um depósito de pacientes  
147 crônicos, rejeitados, muitas vezes, por outros hospitais e  
148 pela própria família que alega não possuir condições para  
149 cuidá-los e reconheceu que, em certos casos, há realmente u  
150 ma seleção de pacientes que mais interessam ao ensino já que  
151 o objetivo de um Hospital Universitário é, além de prestar

152 assistência à comunidade, propiciar aos acadêmicos de medici  
153 na e de outros cursos que lá atuam, a respectiva formação a  
154 nível de graduação, em um sentido amplo. Em suas considera-  
155 ções, o Professor disse, também, que o Hospital Universitá-  
156 rio da UFPel está classificado entre os cinco melhores Hospi  
157 tais Universitários do país em termos de taxa de permanência  
158 e taxa de ocupação. Em seguida, interveio a relatora do docu  
159 mento dizendo que o mesmo não se tratava de uma denúncia va-  
160 zia, mas sim, o resultado de um estudo profundo e detalhado,  
161 realizado com a colaboração dos servidores do Hospital e que,  
162 relativamente as AIH, havia registros que somente a partir do  
163 dia 20 de novembro o Hospital Universitário passara a utili-  
164 zar aquelas correspondentes ao mês em curso, sendo que até  
165 então vinham sendo utilizadas as AIH concernentes ao mês de  
166 outubro. Salientou que este era um dos motivos de maior preo  
167 cupação dos servidores da FAU e agente motivador da denúncia  
168 uma vez que, chegando ao conhecimento da Delegacia Regional  
169 de Saúde, poderia implicar na redução do número de AIHs conce  
170 didas ao Hospital Universitário, cujo acréscimo fora obtido  
171 com muita luta, após treze dias de greve. Em seguida, os re-  
172 presentantes da ASUFFel/FAU agradeceram o espaço concedido,  
173 retirando-se do recinto. Por sua vez, o Professor Amilcar,  
174 Presidente do Conselho, ao manifestar-se disse ser o assunto  
175 da maior importância e propôs ao plenário fosse discutido ao  
176 final da sessão, em outros assuntos, quando se permitiria fa  
177 zer algumas considerações que entendia como relevantes agra-  
178 decendo, a seguir, o comparecimento e a contribuição trazida ao  
179 Conselho Universitário pelos representantes dos servidores.  
180 No momento seguinte, o Senhor Presidente passou ao exame da  
181 pauta. Item 1. Ata da sessão anterior. O Senhor Presidente  
182 justificou a não apresentação do documento em razão do acúmu  
183 lo de trabalho na Secretaria dos Conselhos. Item 2. Informes  
184 do Reitor. Inicialmente, o Senhor Presidente cumprimentou o  
185 Professor Daniel Rassier, recém eleito como representante  
186 dos Professores Titulares no Conselho Universitário, referin  
187 do que o mesmo já havia participado deste órgão quando Dire-  
188 tor da Faculdade de Veterinária. Em seguida o Professor Amil  
189 car fez referência a difícil situação financeira porquê pas-  
190 sa a Universidade, lembrando que até o momento somente foram  
191 liberados cerca de 50% (cinquenta por cento) dos recursos pa  
192 ra manutenção, situação esta que é comum a todas as Universi

193 dades brasileiras. Salientou que essa questão mereceu a aten  
194 ção e o esforço dos Reitores das Universidades Federais na  
195 última reunião da ANDIFES, quando foi deliberado pelo encami  
196 nhamento de correspondência - Ofício 008/91 - ANDIFES à Pro-  
197 fessora Eunice Ribeiro Durhan - Secretária Nacional de Educa  
198 ção Superior do MEC, dando conta da gravidade da situação or  
199 çamentária das universidades, cuja leitura procedeu a seguir  
200 e que passa a constituir o Anexo I da presente Ata. Continu-  
201 ando, o Senhor Presidente deu conhecimento ao plenário de O-  
202 fício datado de 20.11.91, que passa a constituir o Anexo II  
203 da presente Ata, dirigido à Professora Eunice Ribeiro Durhan  
204 pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Planejamento e Admi -  
205 nistração, logo após reunião mantida com a referida Professo  
206 ra, no qual foram tecidas considerações de maior relevância  
207 baseado, principalmente, no que segue: "1. - a situação orça  
208 mentária e financeira das IFES, no que tange a recursos de  
209 Outros Custeios e Capital (OCC), é declaradamente atípica e  
210 comprometedora, em virtude do contingenciamento imposto ao  
211 seu Orçamento pelo Decreto nº 21, de 04 de fevereiro de 1991;  
212 2. - já hoje, ao final do exercício, prazos legais a serem o  
213 bedecidos poderão inviabilizar possíveis alternativas que ve  
214 nham a reverter tal situação, exigindo, assim, urgentes pro-  
215 vidências.". Ao final, o referido documento consultava a Se-  
216 cretaria Nacional de Educação Superior "sobre como proceder  
217 para evitar conseqüências nefastas para a Universidade Públi  
218 ca Brasileira e para o próprio Ministério da Educação." Con-  
219 cluída a leitura dos documentos, o Senhor Presidente disse  
220 ao plenário que os dois documentos procuravam ressaltar que  
221 as responsabilidades dos dirigentes das Universidades não po  
222 dem ser dissociadas da responsabilidade que cabe ao Ministé-  
223 rio, pelo menos enquanto parte do governo federal, autor do  
224 Decreto de contingenciamento. Em seguida, o Senhor Presiden-  
225 te passou a palavra ao Professor Schuch que fez uma rápida  
226 exposição sobre a situação de dificuldade porquê passa a Rei  
227 toria quanto a diárias e passagens aéreas para custear os  
228 compromissos com concursos e outros eventos até o final do  
229 ano, solicitando a colaboração e compreensão dos Senhores Di  
230 retores de Unidade quanto a esses aspectos, muito embora ain  
231 da haja uma possibilidade de liberação de algum quantitativo  
232 para as Unidades relativamente a diárias. Interveio, a se-  
233 guir, o Bel. Luis Osório esclarecendo que a condição essenci

234 al para que se execute um orçamento é que o mesmo tenha pu -  
235 blicidade no Diário Oficial da União e, conseqüentemente, te  
236 nha sido submetido aos trâmites normais. Em sua exposição o  
237 Senhor Conselheiro disse que, em diversos casos, como por e-  
238 xemplo, quanto ao Saldo do Exercício de 1990, encaminhado ao  
239 MEC em abril deste ano, encontrando-se no Departamento de Or  
240 çamento da União até hoje aguardando aprovação, a Universida  
241 de já gastou esse dinheiro porque não tinha como deixar de  
242 fazê-lo; outro exemplo são os convênios, com prazos de execu  
243 ção definidos, que não foram publicados até hoje e que rela-  
244 tivamente aos quais a Universidade já utilizou os valores fa  
245 zendo antecipação de crédito, que consiste no fato de se bai  
246 xar uma Portaria interna definindo a sua inclusão no orçamen  
247 to da Universidade por antecipação de crédito. Esclareceu, em  
248 seguida, que à medida que adotamos esse procedimento, esta-  
249 mos executando o orçamento sem ter a base legal necessária  
250 que é a publicação no DOU. Entretanto, esclareceu o Conse-  
251 lheiro - se assim não procedêssemos correríamos o risco de  
252 ver expirado o prazo dos convênios sem nada ter executado, im  
253 plicando na devolução automática de todos os recursos prove-  
254 nientes dessa fonte, haja vista a sua não aprovação pelo Con  
255 gresso e não publicação no DOU. E continuando acrescentou: à  
256 medida que utilizamos a figura da antecipação de crédito, es  
257 tamos prevendo que esse crédito será aprovado dentro do exer  
258 cício e, em isto não ocorrendo, estaremos empenhando despe-  
259 sas em valor maior que os créditos orçamentários legalmente  
260 alocados para a Universidade. A situação aqui apresentada  
261 não é uma mazela apenas da UFPel, mas de todas as Universida  
262 des, e isto tem sido fortemente agravado pelo fato de termos  
263 que utilizar esse expediente e também a figura da Despesa a  
264 Classificar, a qual se trata de uma despesa que se executa  
265 para posterior classificação, na dependência da existência de  
266 orçamento. E assim - salientou, caso não haja orçamento to-  
267 das as Universidades que estiverem nessa situação poderão  
268 ter suas contas glosadas pelo Tribunal de Contas da União e  
269 responsabilizados os seus dirigentes, o que motivou a ênfase  
270 dada no fórum de Pró-Reitores quanto ao fato de estarmos dei  
271 xando de cumprir dispositivos legais. Finalizando sua expla-  
272 nação, o Bel. Luis Osório alertou ao Conselho que, se não  
273 houver a possibilidade de o Congresso Nacional regularizar  
274 esses créditos desde março, seguramente todas as Universida-

275 des públicas e não só a UFPel, terão sérias dificuldades quan  
276 to a regularização de suas contas. Concluída a explanação,  
277 retomou a palavra o Senhor Presidente chamando a atenção do  
278 plenário para o fato de que um número considerável de docen-  
279 tes tem dirigido solicitações de férias ao Departamento de  
280 Pessoal marcando-as para os meses de verão quando o calendá-  
281 rio escolar estará em pleno andamento. Outro fato que tem si  
282 do observado - continuou, é a marcação de férias com poste-  
283 rior cancelamento, o que não mais pode ocorrer, principalmen  
284 te face estarmos sob a égide de nova legislação, como é o  
285 RJU. Diante desses fatos, é que a Reitoria baixou uma circu-  
286 lar normatizando o assunto e definindo que somente em casos  
287 absolutamente excepcionais e mediante justificativa do Depar  
288 tamento, é que poderá ser autorizado férias de professores  
289 fora do período de recesso acadêmico - concluiu. Item 3. A-  
290 preciação da proposta de adequação da estrutura organizacio-  
291 nal da UFPel à Portaria Ministerial nº 1.978, de 29.10.91.  
292 Ao proceder a abordagem deste item, o Senhor Presidente lem-  
293 brou que se tratava de um assunto visto já há bastante tempo  
294 neste Conselho - precisamente desde junho/90 - quando o go -  
295 verno insistia na redução de despesas na administração públi  
296 ca federal, tanto em cargos permanentes como em funções co-  
297 missionadas e funções gratificadas. Em decorrência dessa exi  
298 gência - continuou o Senhor Presidente -, em janeiro deste a  
299 no este Conselho aprovou a revisão da estrutura organizacio-  
300 nal da Universidade, encaminhando-a ao Ministério da Educa-  
301 ção, como forma de habilitar a Instituição à definição de  
302 seus quantitativos de cargos de confiança (CC) e funções gra  
303 tificadas (FG), mediante Decreto Presidencial. Este encami -  
304 nhamento teve uma tramitação extremamente longa no MEC, onde  
305 foi analisada a situação de todas as Universidades. Somente  
306 agora, ao final do ano, foi baixado o Decreto Presidencial  
307 definindo os quantitativos de cargos em comissão e funções  
308 gratificadas das Instituições vinculadas ao MEC de uma forma  
309 global e, logo após, as portarias que definiam os quantitati  
310 vos de cada Instituição em particular. Em prosseguimento aos  
311 trabalhos, o Senhor Presidente passou a palavra ao Professor  
312 Schuch que passou à apreciação dos documentos encaminhados  
313 junto à convocação, que passam a constituir os Anexos III e  
314 IV da presente Ata. Relativamente a essa documentação, o Pro  
315 fessor Schuch destacou que o primeiro bloco consistia em um

ex

316 conjunto de quadros apresentado da seguinte forma: primeira-  
317 mente as CDs; logo após as CDs distribuídas por órgãos; a se-  
318 guir um quadro das FGs e continuando, essas mesmas FGs dis-  
319 tribuídas por órgãos. Compondo um segundo bloco, foi distri-  
320 buída uma cópia da Portaria Ministerial nº 1.978/91 que apre-  
321 senta os quantitativos da UFPel, acompanhada de um telex da  
322 SENESu e, ainda, do conjunto que a UFPel encaminhara ao MEC  
323 logo após a sua aprovação pelo Conselho Universitário em ja-  
324 neiro/91. Quanto a este conjunto, o Professor Schuch referiu  
325 tratar-se de uma cópia que retirara da pasta da SENESu em  
326 Brasília há questão de 15/20 dias quando lá estivera, porque  
327 queria entender as modificações dos quantitativos retirados  
328 dos totais que o Conselho Universitário havia aprovado e que  
329 eram diferentes daqueles que apareciam na Portaria Ministe-  
330 rial. O Professor registrou, ainda, que em nenhum momento  
331 houve negociações com a UFPel quanto a modificações na estru-  
332 tura proposta. O único fato do qual se tem conhecimento diz  
333 respeito a uma Circular datada de 15 de abril dirigida à  
334 UFPel pelo Senhor Secretário da SENESu dizendo que não esta-  
335 va havendo homogeneidade nacional e propondo uma orientação  
336 de transposição das FCs antigas para as CDs novas bem como  
337 quanto às FGs. Em resposta - disse o Professor Schuch, a  
338 UFPel dirigiu-lhes correspondência reafirmando tudo o que o  
339 Conselho havia aprovado no mês de janeiro. No momento seguin-  
340 te o Professor Schuch, atendendo proposição do Professor Jor-  
341 ge Martins, procedeu a leitura do telex parte integrante do  
342 Anexo IV, no qual a SENESu informa haver o Ministro aprovado  
343 os quantitativos de CDs e FGs para a UFPel, bem como determi-  
344 nado a extinção do Cargo de Direção de Vice-Diretor e defi-  
345 nindo prazo para que a Universidade se manifestasse quanto a  
346 proposta de remanejamento e classificação de novos cargos em  
347 substituição aos extintos. Com relação a esse telex, o Pro-  
348 fessor Schuch referiu que na última reunião deste Conselho  
349 se encontrava em Brasília, tendo comparecido na SENESu com o  
350 objetivo de fazer prevalecer a decisão do Conselho Universi-  
351 tário da UFPel, relativamente a manutenção de CD para Vice-  
352 Diretor de Unidade de Ensino e demais proposições. Entretan-  
353 to, lá chegando fora cientificado de que esta era uma deci-  
354 são irreversível e que, no caso de a Universidade não tomar  
355 a iniciativa de proceder o remanejamento do número de cargos  
356 correspondentes àqueles extintos para outros, esse número se

357 ria deduzido do quantitativo total destinado à UFPel. Diante  
358 dessa situação - disse o Professor, não restou outra alter  
359 nativa, exceto propor o remanejamento conforme consta no  
360 despacho registrado no telex ou seja: onze (11) FG-1 e dez  
361 (10) FG-2, os quais serão destinados a Coordenações de Co-  
362 legiados de Cursos que venham a ser criados e à ampliação  
363 de Departamentos que venham a acontecer. Retomando o exame  
364 do Anexo III - Quadro Demonstrativo dos CDs e FGs e respec-  
365 tivos organogramas, o Professor Schuch procedeu uma série  
366 de considerações sobre alterações que os conselheiros deve-  
367 riam realizar no material que lhes fora encaminhado, face  
368 ter sido verificado a existência de incorreções que não pu-  
369 deram ser sanadas em tempo hábil. Relativamente ao Hospital  
370 Universitário, o Professor Schuch propôs que o mesmo fique  
371 provisoriamente incluído na estrutura da Faculdade de Me-  
372 dicina sem que, contudo, isso signifique a cristalização de  
373 uma situação, uma vez que a administração e o próprio Con-  
374 selho em ocasiões anteriores, têm discutido a questão da  
375 sua localização e vinculação, o que deverá ser decidido em  
376 definitivo quando da análise de seu Regimento Interno, as-  
377 sunto a ser tratado em próximas sessões deste Conselho. Con-  
378 tinuando, o Professor Schuch lembrou que o Conselho Universi  
379 tário, ao aprovar a estrutura da UFPel, deliberou também  
380 quanto a um grupo de cargos que seriam extintos quando seus  
381 atuais titulares deixassem de exercer essas funções, os  
382 quais se acham relacionados às fls. 13 do Anexo III. Expli-  
383 cou que o quantitativo desses cargos foi incluído na Por-  
384 taria Ministerial nº 1.978 de 29.10.91 e que, então, a ad-  
385 ministração fê-los constar como reserva técnica no mate-  
386 rial apresentado aos conselheiros que a Universidade pode-  
387 rá contar futuramente quando de sua ampliação ou rediscus-  
388 sões de sua estrutura. Relativamente a estrutura organizacio  
389 nal, o Professor Schuch fez dois registros: o primeiro, dan-  
390 do conta de que os efeitos financeiros retroagiriam a 01 de  
391 novembro e o segundo, ao fato de que nesse documento somente  
392 foram relacionados os órgãos para os quais há CD ou FG, o  
393 que justifica a não inclusão de dois órgãos que possuem, in-  
394 clusive, seus Regimentos aprovados por este Conselho: o Mu-  
395 seu de Artes Leopoldo Gotuzzo e o Museu de Ciências Naturais  
396 Carlos Ritter, sobre os quais está havendo um Processo de ne  
397 gociação quanto a sua localização em Unidades. No que con-

01

398 cerne ao Museu Carlos Ritter - continuou o Professor, já há  
399 uma sugestão de que seja colocada em votação ainda nesta ses  
400 são, quando da deliberação da estrutura, a proposta de sua  
401 localização no Instituto de Biologia o que, em sendo aprova-  
402 do, demandará na revisão de seu Regimento por aquela Unida-  
403 de face a nova situação em que estará investido. Outro regis  
404 tro feito pelo relator, foi que alguns órgãos que durante  
405 muito tempo constaram na estrutura da Universidade e, inclu-  
406 sive, no seu Estatuto e Regimento Geral como, por exemplo, a  
407 Secretaria Geral dos Cursos, o CRUTAC e o CETREISUL deixaram  
408 de constar na nova organização. Para esses casos - explicou,  
409 há duas alternativas: a) propor a alteração do Estatuto e Re  
410 gimento com a extinção desses órgãos; b) deixar que continu-  
411 em constando no Estatuto e Regimento considerando-os como ór  
412 gãos inativados, até que seja procedida a revisão das Normas  
413 da Instituição, quando a sua situação poderá ser reavaliada.  
414 Quanto a esses órgãos explicou ainda, suas atividades serão  
415 absorvidas por outros recém criados como é o caso da Secreta  
416 ria Geral dos Cursos que passa a denominar-se Departamento de  
417 Registro Acadêmico. Com relação ao CRUTAC e CETREISUL, as a-  
418 tividades serão absorvidas e desenvolvidas pelo Departamento  
419 de Extensão e Treinamento da Pró-Reitoria de Extensão. Pros-  
420 seguindo os trabalhos, o Professor Schuch procedeu a leitura  
421 das alterações introduzidas pelo MEC e apresentadas no Anexo  
422 IV, as quais deram origem aos quantitativos constantes da  
423 Portaria Ministerial. Essas alterações - salientou, estão ab  
424 sorvidas no material examinado ainda há pouco. Encerradas as  
425 considerações sobre o trabalho, o Senhor Presidente colocou-  
426 o em discussão. Interveio, inicialmente, a Professora Angela  
427 manifestando a sua surpresa e desconformidade com o nível FG  
428 atribuído à função de Secretário de Unidade e à algumas Se-  
429 cretarias da Reitoria com as quais os Diretores mantêm conta  
430 to direto, ressaltando a responsabilidade e exigências que o  
431 cargo requer. A professora referiu, ainda, que em janeiro  
432 quando da discussão da estrutura neste Conselho, propusera e  
433 o plenário aprovara a elevação do nível FG para o cargo de  
434 Secretário de Unidade e agora, via com pesar, o não atendi-  
435 mento dessa deliberação. Sobre o assunto, o Professor Schuch  
436 reafirmou a colocação feita anteriormente de que todas as al  
437 terações foram realizadas à revelia da Universidade, sendo  
438 que a Instituição sempre que pôde, procurou lutar pela apro-

439 vação da estrutura originalmente consagrada no Conselho Uni-  
440 versitário, inclusive quanto aos Secretários de Unidade. Es-  
441 sa afirmação foi, também, ratificada pelo Senhor Presidente.  
442 Continuando, fez uso da palavra o Professor Brandalise cha-  
443 mando a atenção para a necessidade de que o Biotério tenha  
444 orçamento e administração próprios, diferenciado do Institu-  
445 to de Biologia, embora permaneça estruturalmente vinculado a  
446 essa Unidade, visto tratar-se de um órgão que presta servi-  
447 ços a toda Universidade e não somente ao Instituto de Biolo-  
448 gia registro esse, que contou com o endosso da mesa conduto-  
449 ra dos trabalhos. Outra proposta formalizada pelo Professor  
450 Brandalise e previamente discutida no Conselho Departamental  
451 do Instituto de Biologia, conforme suas palavras, disse res-  
452 peito ao Museu de Ciências Naturais Carlos Ritter. O Profes-  
453 sor destacou que a sua Unidade juntamente com a Faculdade de  
454 Agronomia tentou viabilizar e administrar o Museu nos últi-  
455 mos anos, o qual foi reativado após um grande período prati-  
456 camente paralisado, recebendo presentemente grande número de  
457 visitas, além de participar em projetos na área de meio-ambi-  
458 ente envolvendo municípios vizinhos com a participação de  
459 professores do Instituto de Biologia e do Instituto de Quími-  
460 ca e Geociências. Relativamente a proposta, destacaram-se os  
461 seguintes itens: 1. manutenção da Unidade Museu de Ciências  
462 Naturais Carlos Ritter; 2. divisão de seu acervo em científi-  
463 co e de exposição. O acervo científico consistiria no legado  
464 doado pelo Dr. Biezanko que, por suas características, só  
465 participaria de exposições científicas, ficando vinculado à  
466 Faculdade de Agronomia, mais precisamente à área de Entomolo-  
467 gia; 3. vinculação do Museu ao Instituto de Biologia, dado a  
468 sua relação com a área de Ciências Naturais; 4. criação de  
469 um esquema de trabalho que viabilize a participação de todas  
470 as Unidades interessadas em atuar junto ao Museu. A proposta  
471 do Professor Brandalise, da mesma forma que a anterior, foi  
472 igualmente elogiada pela Mesa. Por sua vez, a Professora An-  
473 gela interveio sugerindo que, ao se concretizar a vinculação  
474 dos Museus às Unidades que estão encaminhando essa proposi-  
475 ção, lhes seja atribuída uma gratificação equivalente a de  
476 Chefe de Departamento, em observância a hierarquia existente  
477 nas Unidades de Ensino. À seguir, interveio a Professora  
478 Francisca expressando a sua desconformidade com a supressão  
479 de função comissionada para o cargo de Vice-Diretor de Unida

480 de e chamando a atenção para as inúmeras atividades que es-  
481 tão sob a responsabilidade dos Vice-Diretores que, muitas ve  
482 zes, precisam destinar horas extraordinárias para o bom de-  
483 sempenho de suas obrigações. Essa colocação foi igualmente  
484 endossada pelo Professor Leonel que disse ver com grande  
485 preocupação essa decisão, uma vez que interferirá diretamen-  
486 te no desempenho dos Diretores os quais, seguramente, deixa-  
487 rão de contar com o efetivo apoio de seus Vice, tendo a par-  
488 tir de agora, que repensar a forma como vêm trabalhando. A  
489 situação que se vislumbra é muito grave - concluiu. Outras  
490 colocações se seguiram, especialmente da Mesa, que manifesta  
491 va a sua concordância com a argumentação dos Conselheiros  
492 quanto a situação dos Vice-Diretores, mas que dava conta de  
493 ser esta uma decisão de ordem superior que não poderia dei-  
494 xar de ser cumprida. Entretanto, disse o Senhor Presidente,  
495 como a medida é de caráter nacional, atingindo todas as Uni-  
496 versidades públicas, é bem possível que a médio prazo o as-  
497 sunto volte à pauta de futuras negociações com o Ministério,  
498 quando de um movimento conjunto das Instituições. À seguir,  
499 respondendo consulta formalizada pelo Professor Casarin, o  
500 Senhor Presidente esclareceu que todos os Vice-Diretores in-  
501 vestidos no cargo na data da publicação da Portaria Ministe-  
502 rial nº 1.978/91 continuariam percebendo a respectiva remunere-  
503 ração FC até a conclusão de seus mandatos. Para aqueles de-  
504 signados após a edição desse dispositivo legal, a Reitoria  
505 não poderia estender qualquer tipo de adicional, sob pena de  
506 estar infringindo norma legal. Em seguida, como não houvesse  
507 mais manifestações do plenário, o Senhor Presidente submeteu  
508 a proposta de adequação da estrutura organizacional da UFPel  
509 à Portaria Ministerial nº 1.978/91 à votação do plenário, sem  
510 prejuízo dos destaques apresentados. Procedida a votação, o  
511 documento que consolida a nova estrutura conforme anexos III  
512 e IV da presente Ata veio a ser aprovado por ampla maioria  
513 de votos. Verificou-se dois votos contrários e duas absten-  
514 ções. Prosseguindo os trabalhos, o Senhor Presidente passou  
515 a submeter à deliberação os destaques: 1. Proposta de vincu-  
516 lação do Museu de Ciências Naturais Carlos Ritter ao Institu-  
517 to de Biologia com a ressalva do acervo do Professor Biezan-  
518 ko. Procedida a votação, a proposta veio a ser aprovada por  
519 ampla maioria de votos. Verificou-se três abstenções. 2. Pro-  
520 posta de atribuição de gratificação FG-2 para o cargo de Che-

ef

521 fe do Museu Carlos Ritter. Procedida a votação, a proposta  
522 veio a ser aprovada por ampla maioria de votos. Verificou-se  
523 três abstenções. Como destaque ficou, ainda, registrada a si-  
524 tuação do Hospital Universitário, provisoriamente vinculado  
525 à Faculdade de Medicina, até a discussão de seu Regimento In-  
526 terno neste Conselho. Após a aprovação pelo Conselho, ficou  
527 assim constituído o quadro demonstrativo dos quantitativos  
528 de Cargos de Direção e Funções Gratificadas correspondente a  
529 estrutura organizacional da Universidade: Cargos de Direção-  
530 Área administrativa: 30 (trinta). Área acadêmica: 23 (vinte  
531 e três). Total: 53 (cinqüenta e três). Funções Gratificadas  
532 - Área administrativa: 83 (oitenta e três). Área acadêmica:  
533 135 (cento e trinta e cinco). Total: 218 (duzentos e dezoii-  
534 to). O total de CDs e FGs da área administrativa ficou em  
535 113 (cento e treze) cargos e da área acadêmica em 158 (cento  
536 e cinqüenta e oito) cargos. O total geral de CDs e FGs preen-  
537 chidos dentro da nova estrutura organizacional ficou em 271  
538 (duzentos e setenta e um) cargos. Os quantitativos não aloca-  
539 dos, mas constantes na Portaria Ministerial nº 1.978/91 fica-  
540 ram assim distribuídos: FG-1 (10); FG-2 (13); FG-3 (01); FG-  
541 6 (06); FG-7 (01); FG-8 (04), o que totaliza 35 (trinta e cin-  
542 co) cargos que não foram utilizados na estrutura hoje conso-  
543 lidada ou permanecem na situação daqueles cargos que desapa-  
544 recerão quando do afastamento do atual titular. O total de  
545 cargos constante da Portaria Ministerial é de 306 (trezen-  
546 tos e seis). No momento seguinte, interveio o Professor  
547 Brandalise chamando a atenção para a questão do Centro  
548 de Biotecnologia e para a importância de que o mesmo se-  
549 ja vinculado a uma Unidade de Ensino, de forma a possibi-  
550 litar o cumprimento de seu papel. Salientou que é enten-  
551 dimento do Instituto de Biologia ser o seu dever a for-  
552 mação de recursos humanos, o desenvolvimento de ati-  
553 vidades e a atuação nessa área muito embora o Conselho Uni-  
554 versitário tenha aprovado de forma diferente tempos atrás.  
555 Por sua vez, o Professor Sérgio manifestou-se dizendo de sua  
556 satisfação em ouvir o pronunciamento do Professor Brandalise  
557 e concordando que o Centro de Biotecnologia, localizado na  
558 Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação por um momento cir-  
559 cunstancial de sua criação, deve necessariamente ser vinculado  
560 a uma Unidade de Ensino para que tenha condições de cumprir  
561 o seu papel atuando em pesquisa e nas atividades de graduação

562 e pós-graduação. Esta é uma questão que deve ser reavaliada -  
563 concluiu. Item 4. Processos relatados pela Comissão de Legis-  
564 lação e Normas, tendo como relator o Professor José Gilberto  
565 da Cunha Gastal. 4.1. Processo nº 23110.000816/91-20 da Facul-  
566 dade de Ciências Domésticas, propondo a criação do Curso de  
567 Pós-Graduação a nível de Mestrado, em Economia Doméstica. Fa-  
568 zendo uso da palavra, o Professor Gastal disse que a Comissão  
569 de Legislação e Normas, após analisar o Processo entendeu que  
570 "as normas a observar no encaminhamento da proposta foram  
571 observadas e, conseqüentemente, quanto ao aspecto legal, o pa-  
572 recer é pela aprovação." A seguir, interveio o Professor Sér-  
573 gio Martins fazendo um breve relato das circunstâncias que en-  
574 volveram o projeto de criação do Curso e da participação ati-  
575 va da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação em todas as  
576 suas etapas. O professor ainda destacou que o projeto é basi-  
577 camente alicerçado em um Convênio firmado com uma instituição  
578 canadense - Universidade de Manitoba, que assumiu o compromi-  
579 so de trabalhar na qualificação dos professores que irão atuar  
580 nesse Curso, através do oferecimento de Mestrado e Doutorado  
581 naquele país. Colocada a proposta de criação do Curso de Pós-  
582 Graduação, a nível de Mestrado em Economia Doméstica, à deli-  
583 beração do plenário, a mesma veio a ser aprovada por unanimi-  
584 dade. 4.2. Processo nº 23110.002666/91-80 do Instituto de Le-  
585 tras e Artes, propondo a vinculação do Museu de Artes Leopoldo  
586 Gotuzzo da Pró-Reitoria de Extensão, no Instituto de Le-  
587 tras e Artes. Relativamente a este item, o Senhor Presidente  
588 informou ter sido o processo retirado de pauta, em atenção a  
589 uma solicitação da Professora Ângela Gonzales. Intervindo, a  
590 Professora Ângela explicou que sua solicitação fora embasada  
591 em um fato novo trazido ao seu conhecimento na véspera da reu-  
592 nião e que necessitava ser previamente discutido no Conselho  
593 Departamental de sua Unidade. Esse fato esclareceu, diz res-  
594 peito ao Museu de Artes Leopoldo Gotuzzo encontrar-se com or-  
595 dem judicial de liberação do prédio onde funciona, o que im-  
596 plicará no deslocamento de todo o seu acervo para outro local,  
597 o que merecerá uma avaliação cuidadosa do Instituto de Letras  
598 e Artes. A professora ainda ressaltou que o interesse de sua  
599 Unidade em receber o Museu ainda permanece vivo, devendo o  
600 Processo ser apreciado em outro momento. 4.3. Processo nº  
601 23110.003767/90-41 da Professora Sandra Carlos Magno Santoro  
602 da Faculdade de Nutrição, interpondo recurso quanto a sua pro-

28

330  
21

603 gressão funcional. Quanto ao Processo, o Professor Gastal  
604 disse que a Comissão de Legislação e Normas o analisou, ava  
605 liando se houve incorreção na decisão do COCEPE e, a seguir,  
606 procedeu a leitura do parecer cujo teor passo a transcrever:  
607 " Parecer. A admissibilidade do recurso no Conselho Universi  
608 tário tem como premissa ilegalidade na decisão do COCEPE. Não  
609 se vislumbra tal ilegalidade no caso. O COCEPE deliberou den  
610 tro do âmbito de sua competência. A divergência, face a pre  
611 tensão da recorrente e da Unidade, é quanto ao mérito: se a  
612 existência de um curso de pós-graduação na área bastaria pa  
613 ra acolher a pretensão ou se ela é desprezível por o curso  
614 existente da sub-área interessante. Por que é contra o méri  
615 to, sem ocorrência de ilegalidade, descabe o conhecimento do  
616 recurso. É o parecer, s.m.j. Em: 18.11.91. José Gilberto da  
617 Cunha Gastal, Fernando Alberto C. Henning e Maria Amélia S.  
618 Dias da Costa." Colocado o parecer em discussão e, após, em  
619 votação o mesmo veio a ser aprovado por ampla maioria de vo  
620 tos. Verificou-se quatro abstenções. 4.4. Processo nº .....  
621 23110.001104/91-64 da Pró-Reitoria de Graduação e Assistên  
622 cia, propondo a reformulação do Curso de Licenciatura Plena  
623 em História e Geografia. Ao relatar o Processo, o Professor  
624 Gastal mencionou que o mesmo constara de pauta anterior do  
625 Conselho Universitário não chegando a ser apreciado, face o  
626 entendimento de que seria necessário a juntada do Processo  
627 que trata de criação do Curso de Estudos Sociais para a sua  
628 perfeita instrução. Continuando, o Professor Gastal disse que,  
629 especificamente, o Processo diz respeito a turbulência que  
630 houve quando se criou os Cursos de História e Geografia enca  
631 minhando a proposição ao Conselho Federal de Educação que,  
632 por sua vez, fez contato com a Universidade dizendo que se a  
633 Instituição pretendia a criação de dois novos Cursos, todo  
634 o Processo deveria observar as normas vigentes, não bastando  
635 entender que se estava no patamar de um Curso já criado que  
636 estava sofrendo um processo de transformação. Frente a isso,  
637 a opção teria sido manter-se o Curso antes extinto pelo Con  
638 selho Universitário, revogando-se a criação dos Cursos de  
639 História e Geografia que o Conselho já havia aprovado. Toda  
640 via, nessa fase, não houve prévia manifestação do COCEPE o  
641 que faz-se necessário, conforme explicitado no parecer exara  
642 do anteriormente. A seguir, o Professor procedeu a leitura do  
643 parecer da Comissão que consta do que segue: " A Comissão

21

644 reafirma o parecer de fls. 06. A criação de novos cursos e  
645 obviamente a revogação de criação, é de provocação exclusiva  
646 do COCEPE. O parecer é por baixar o Processo à consideração  
647 do COCEPE. Em: 21.11.91, José Gilberto da Cunha Gastal e Ma  
648 ria Amélia Soares Dias da Costa". Colocado o parecer em dis  
649 cussão, e após em votação, o mesmo veio a ser aprovado por  
650 unanimidade. Item 5. Outros Assuntos. Fazendo uso da palavra  
651 o Senhor Presidente, em conformidade com o que propusera no  
652 início da sessão, retornou ao assunto relativo ao Hospital  
653 Universitário, objeto de manifestação dos representantes da  
654 ASUFPEL e FAU, passando a proceder uma breve reflexão sobre  
655 a situação da saúde em nosso país e quanto aos recentes da  
656 dos chegados ao seu conhecimento através da imprensa dando  
657 conta da crise da saúde nos Estados Unidos, onde aproximada-  
658 mente trinta e cinco milhões de pessoas não têm acesso a esse  
659 serviço. Em sua explanação, o Senhor Presidente chamou a  
660 atenção para o fato de que os Estados Unidos talvez seja o  
661 único país atualmente que tenha optado pela busca de uma so  
662 lução para a questão da saúde dentro do modelo rigorosamente  
663 liberal, alternativa que não tem se mostrado satisfatória,  
664 já resultando em crescente manifestação dos partidos de opo-  
665 sição do atual governo quanto a necessidade da implantação  
666 de um sistema de saúde. O Professor Amilcar ainda referiu so  
667 bre sua recente participação no 2º Encontro de Experiências  
668 de Ensino na Comunidade, realizado no Uruguai, atendendo con  
669 vite da Organização Panamericana de Saúde, quando estiveram  
670 presentes representantes do Paraguai, Uruguai, Argentina e  
671 Brasil e, entre eles, o Professor Benedito Filadelfia - Pre  
672 sidente da Associação Brasileira de Educação Médica que, ao  
673 intervir, chamou a atenção para a importância de que os pro  
674 cedimentos pedagógicos no ensino de medicina integrem cada  
675 vez a prática ao sistema de saúde em todos os níveis, consi-  
676 derando-se que 85% a 90% das necessidades da população podem  
677 ser resolvidas no nível de atenção primária à saúde, através  
678 de um trabalho preventivo. Este foi o caminho seguido por  
679 muitos países que apresentam indicadores de saúde até melho  
680 res que os Estados Unidos - destacou. Continuando sua expla-  
681 nação, o Professor Amilcar referiu-se sobre sua participação  
682 nas reuniões do Conselho Municipal de Saúde, das quais parti  
683 cipa espontaneamente e onde é evidente o esforço e a preocu-  
684 pação em alcançar um sistema que solucione o problema da saú

685 de em nosso município, o qual se reveste da maior gravidade,  
686 com especialidades as quais não têm acesso pessoas que não po  
687 dem custear esses serviços e com falta de leitos nos hospi-  
688 tais. É com esta preocupação que devemos olhar o problema que  
689 hoje nos foi trazido - concluiu. No momento seguinte interveio  
690 o Professor Gastal mencionando o fato de que o documento apre  
691 sentado ao Conselho requeria, ao seu final, a instalação de u  
692 ma Comissão de Inquérito o que, no seu entendimento, não se-  
693 ria adequado visto que o inquérito tem como premissa a exis -  
694 tência de uma falta, que se impute o cometimento dessa falta  
695 a alguém e se objetive a conseqüência que é a punição. O pro-  
696 fessor ainda salientou que entendia a manifestação como a ex-  
697 teriorização de uma crítica a um critério geral de funciona -  
698 mento ou a critério específico de atendimento à determinados  
699 pacientes e que respeitava a preocupação dos servidores quanto  
700 a não utilização total do número de AIHs (Autorização de In -  
701 ternação Hospitalar) destinados ao Hospital já que isto pode  
702 implicar na redução de sua receita e, conseqüentemente, no com  
703 prometimento de suas obrigações trabalhistas. Contudo, salien  
704 tou o Professor, o Hospital não existe por existir e muito me  
705 nos para gerar e garantir empregos, ele existe como um servi-  
706 ço de extensão que está atuando em benefício do ensino: as crí  
707 ticas aqui trazidas dizem respeito a adoção de um determinado  
708 critério acadêmico e extensionista, o mesmo ocorrendo na Fa-  
709 culdade de Direito, onde no Serviço de Assistência Judiciária  
710 é feito uma triagem para seleção dos casos mais interessantes  
711 ao ensino de forma a possibilitar ao acadêmico a visão mais ri  
712 ca e diversificada dos casos que encontrará em sua atividade  
713 profissional. Outras questões levantadas - salientou, são per-  
714 tinentes a área médica quando se trata da acolhida desse ou  
715 daquele tipo de paciente e da duração do seu tratamento ou de  
716 caráter administrativo, quando se trata de estatística, e do  
717 tempo de permanência de pacientes, etc... O Professor manifes  
718 tou também o seu entendimento de que todos os assuntos podem  
719 ser discutidos no âmbito da comunidade mas sempre resguardan-  
720 do o princípio da hierarquia, da graduação de competência e  
721 da responsabilidade do plano de decisão. E portanto, concluiu,  
722 essas críticas devem ser recebidas dentro de uma medida de ra  
723 zoável. E esse razoável, segundo o Professor Gastal, não se-  
724 ria competência do Conselho Universitário - ou é um assunto  
725 visto prioritariamente no seio da Unidade interessada, ou é

